



## Políticas para as Mulheres

As questões de gênero ganharam bastante destaque no Brasil, especialmente, a partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, em 2003, o que representou a consolidação da institucionalização das políticas de gênero e o tratamento transversal dessas questões no âmbito do governo federal, ao reunir em um órgão a competência de formular, coordenar e articular as políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres. Em julho de 2004, fomentada pela SPM, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 1ª CNPM, com 1.787 delegadas que debateram suas agendas e elaboraram o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 2ª CNPM, com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado Brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM foi elaborado o II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 3ª CNPM ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o PNPM 2013-2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo. O PNPM, orientado por princípios como a igualdade e o respeito à diversidade, a justiça social, a equidade e a autonomia das mulheres, define metas concretas no sentido da reversão do quadro de desigualdade social enfrentado pelas mulheres.

Ao longo da última década, as mulheres foram colocadas como protagonistas em uma série de políticas públicas, como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e a Reforma Agrária. Além disso, foram desenvolvidas novas políticas públicas para enfrentar problemas históricos, como a Rede Cegonha, que tem o objetivo de reverter índices elevados de mortalidade materna. Os indicadores sociais apresentados na Tabela 2 apresentada ao fim deste tópico, que foi elaborada a partir de dados da PNAD/IBGE revelam avanços na inserção social, política e econômica das mulheres. Observa-se, entre 2004 e 2011, evolução no sentido do acesso à previdência, à educação, a bens, de uma forma geral. No campo do trabalho, a taxa de desemprego das mulheres apresentou queda entre os anos de 2004 e 2011, de 11,5% para 9,0%<sup>5</sup>, assim como aumentou a formalização e a média de anos de estudo. Contudo, o rendimento mensal médio de todos os trabalhos continua menor para as mulheres, apesar da maior escolaridade. Em 2004, enquanto o rendimento mensal médio dos homens era R\$ 1.122,38, o das mulheres era R\$ 704,06. A diferença persiste em 2011: o rendimento mensal dos homens era R\$ 1.444,50 e o das mulheres R\$ 1.008,86. Ou seja, em média, as mulheres ganhavam 37% a menos que os homens; e em 2011, as mulheres ganhavam 30% a menos que os homens. Apesar dos avanços, a diferença ainda é muito grande e as mulheres prosseguem percebendo piores salários que os homens, além de terem inserção precária no mundo do trabalho, já que uma em cada seis mulheres ocupadas está no trabalho doméstico.

Contribuem para a inserção baixa ou precária das mulheres no mercado de trabalho as jornadas duplas e triplas que enfrentam, já que a elas cabem, em muitos casos, as tarefas

<sup>5</sup> PNAD 2011.

domésticas e o cuidados com os filhos e pessoas idosas. Enquanto os homens que trabalham fora gastavam, em 2011, em média, por semana, 10,3 horas com os afazeres domésticos, as mulheres gastavam o dobro: cerca de 22 horas. Importante também para a autonomia das mulheres é a existência de creches e pré-escolas. Neste sentido, destaca-se a evolução na taxa de frequência na escola de zero a três anos.

No tocante ao enfrentamento à violência, a aprovação da Lei Maria da Penha representou uma grande conquista para as mulheres, mas, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, o Brasil encontrava-se, em 2012, entre os 10 países com maior número de homicídios femininos<sup>6</sup>. A tabela mostra, ainda, que houve ligeiro aumento na taxa de homicídio de mulheres jovens por 100 mil habitantes.

Para fazer frente a esse quadro, destaca-se o lançamento do Programa Mulher Viver sem Violência, que contribuirá fortemente para o cumprimento da Lei Maria da Penha. O programa promoverá a integração dos serviços públicos à mulher em situação de violência nas áreas de segurança, justiça, saúde, assistência social, fornecendo, ainda, com acolhimento, abrigo e orientação para trabalho, emprego e renda. A principal inovação do programa é a criação de um novo equipamento social: a Casa da Mulher Brasileira, espaço que contemplará delegacias especializadas de atendimento à mulher – DEAM, juizados e varas, defensorias, promotorias, equipe psicossocial (psicólogas, assistentes sociais, sociólogas e educadoras) e equipe para orientação ao emprego e renda. A estrutura incluirá também brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres. Vale mencionar, ainda, a sanção da Lei 12.845, de 2013, que obriga os hospitais do SUS a prestar atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, institucionalizando em forma de lei um conjunto de práticas já adotadas no âmbito do SUS.

A vulnerabilidade das mulheres, que se mostra ainda maior quando se faz o recorte de raça, demanda a adoção de um conjunto de políticas públicas que afirmem sua condição de igualdade perante os homens, que possibilitem sua inserção nos mais diversos espaços, que combatam a discriminação e todos os tipos de violência, e que contribuam para o alcance da sua autonomia econômica e social. Há que se destacar as estratégias que, da mesma forma, procuram dar autonomia social e econômica às mulheres do campo e da floresta.

Assim, o tratamento das questões de gênero perpassa uma série de Programas Temáticos no PPA 2012-2015, reunindo ações, medidas e políticas nas áreas da educação, saúde, assistência social, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, além do tratamento específico dado às questões de gênero pelo Programa Temático 2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Ao todo, a Agenda Política para as Mulheres está presente em 22 Programas, 53 Objetivos e 217 Metas, entre eles o próprio Programa Temático 2016, com nove objetivos, 113 metas e 36 iniciativas. A seguir, apresenta-se os principais avanços, desafios e perspectivas para as políticas públicas voltadas para as mulheres contidos no Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015.

## Destaques do Relatório 2012

No âmbito da **saúde** da mulher, no ano de 2012, foi realizado o monitoramento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM, envolvendo movimentos de mulheres e feministas, coordenações de saúde da mulher de estados e capitais, sociedades científicas e entidades de classe. Destaca-se a implantação da estratégia “Rede Cegonha”, que

<sup>6</sup> Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Dezembro/2012.

tem o compromisso de qualificar a atenção obstétrica e infantil, por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré-natal; vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo e melhoria do sistema de vigilância ao óbito materno e infantil; e pelo papel da saúde na participação e promoção de planos e ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera – CGBP, ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal – CPN e qualificação de 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI neonatal e adulto. Além disso, investiu-se na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico. Também foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, ampliando o financiamento de projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia.

Outra importante medida para as gestantes foi a implementação do benefício variável vinculado à gestante – BVG e a nutrízes – BVN, respectivamente no valor de nove e seis parcelas mensais de R\$ 32,00, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria – BSM. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes. Também é relevante para o acompanhamento das gestantes o desenvolvimento do SISPRENATAL, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento – PHPN. Até o final de dezembro de 2012, 167.755 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL, em 2.267 municípios.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34%, em 2011, para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e 1.000 multiplicadores foram treinados para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de ampliar a capacidade técnica de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde – UBS. Destacam-se as ações das equipes de saúde das unidades prisionais femininas e mistas para levar a estratégia Rede Cegonha às mulheres privadas de liberdade.

Ainda com relação às mulheres em situação prisional, foi feito alinhamento da PNAISM com a Política Nacional de Atenção à Saúde no Sistema Prisional, com o objetivo fortalecer as Equipes de Saúde do Sistema Prisional – ESSP no desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde da mulher.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM começou os preparativos para realizar capacitação de profissionais da saúde estruturada por meio do desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas UBS do Programa Saúde da Família. Além disso, apoia a capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios específicos, tendo apoiado, em 2012, sete propostas de convênios.

Finalmente, ainda no âmbito da saúde, ressalta-se que, para além das políticas que se voltam especificamente para as mulheres, uma série de outras ações, especialmente no

âmbito da Atenção Básica e da Política Nacional de Humanização, se traduzem na ampliação do acesso qualificado de mulheres às Unidades Básicas de Saúde, porta de entrada à atenção integral e resolutive, e na ampliação de possibilidades de que mulheres recebam uma assistência humanizada e diferenciada, segundo necessidades individuais e coletivas específicas.

A construção de escolas de educação infantil é uma das ações que contribui para que a mulher alcance sua **autonomia econômica**. No exercício de 2012, foi aprovada a construção de 1.628 escolas de educação infantil em municípios e no Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância. No período de 2011 a 2012, foi aprovada a construção de 3.135 creches/pré-escolas.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de R\$ 12,7 milhões.

No campo do **trabalho**, destaca-se a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. A proposta partiu do parecer realizado pela Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico sobre a Convenção 189 e a Recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. As trabalhadoras domésticas, que representam 93% do total de trabalhadores domésticos passam, agora, a contar com a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

Além das creches e pré-escolas, a oferta de equipamentos de segurança alimentar, como os restaurantes, as cozinhas populares e as cisternas, permitem que as mulheres reestruturem seus afazeres domésticos e ampliem seu tempo disponível para atividades como estudo, formação, trabalho e autocuidado. Atualmente, a rede em funcionamento conta com 97 restaurantes, 193 cozinhas comunitárias e 74 bancos de alimentos. Ainda foi criada, em 2012, uma nova estratégia, denominada Cozinhas Sociais, que são cozinhas institucionais públicas vinculadas a outras políticas públicas, como, por exemplo, creches e escolas. Essa estratégia apoiou 1.345 cozinhas. Com relação às cisternas, em 2012, foram contratadas e entregues 156.937 cisternas para o consumo humano.

No tocante à **Assistência Social**, cabe ressaltar a elevação do número de Centros de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, passando de 1.849, em 2010, para 2.167, em 2012, dos quais 85,3% com atendimento para mulheres em situação de violência (Censo SUAS 2012). Na conceituação do público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, como perfil de famílias que demandarão proteção proativa, foram incluídas as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes, que vivem em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, por se constituírem em exemplos de famílias em processo de reconstrução de autonomia. Ainda, importante ressaltar que constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do programa a recusa a concepções, valores e posturas que estabelecem a

condição de subalternidade das mulheres e o estímulo à participação, tanto da figura materna quanto da figura paterna, no cuidado e proteção dos demais membros familiares.

Além disso, foram feitas sugestões de inclusão, nas orientações técnicas, do tema Direito das Mulheres, em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a **igualdade** de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 91 organizações fizeram a adesão.

Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, cujo objetivo primordial é estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas, o material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão (60 mil cartilhas) foi atualizado e distribuído para 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres, 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres, Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres e bancada feminina no Congresso (55 parlamentares); além das sete mil cartilhas que foram distribuídas no Encontro de Prefeitas e Prefeitos ocorrido, em janeiro de 2012, em Brasília.

No que se refere ao tema do **enfrentamento à violência** contra a mulher, a expansão geográfica da política e a criação de novos serviços especializados são fundamentais para garantir o atendimento de mulheres em situação de violência no território brasileiro.

Atualmente, a Rede de Atendimento conta com 990 serviços especializados, sendo: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 125 Núcleos especializados em delegacias comuns, 222 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 77 Casas-Abrigo, 47 Defensorias Especializadas, 40 Promotorias Especializadas, 53 Juizados Especializados e 45 Varas especializadas. As mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual contam, hoje, com 243 serviços especializados ofertados pelo SUS. Ainda, a rede será ampliada com a aquisição de 54 Unidades Móveis para atendimento das mulheres do campo e da floresta.

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço de utilidade pública que orienta as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados. Em 2012, foram realizados 732.468 atendimentos, dos quais 88.685 se referiam a denúncias de violência, majoritariamente violência física (50.236) e 270.084 foram solicitações de informação sobre rede de serviço, sobre leis, etc. De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação da área de atendimento da central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. Em 2012, a Central recebeu 179 atendimentos internacionais.

Para acompanhar a efetiva implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), foi formalizada, em dezembro de 2011, a Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A lei é mais forte”, por meio de Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de

Justiça, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, o Conselho Nacional de Procuradores Gerais e o Conselho Nacional do Ministério Público. A campanha se perfaz na atuação conjunta das instituições parceiras para dar respostas efetivas ao direito de acesso à Justiça nos casos de violência contra as mulheres através da realização de ações múltiplas e contínuas, de forma sistematizada e de acordo com a competência institucional de cada parceiro.

Outro destaque para o enfrentamento à violência contra a mulher foi a publicação, em fevereiro de 2013, do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se deu através de um processo amplo e intenso de participação social, em parceria com órgãos do governo federal. O Plano destina-se à prevenção e repressão do tráfico de pessoas, à responsabilização dos autores e à atenção às vítimas, que, em sua maioria, são mulheres.

Ainda no campo da prevenção à violência contra a mulher, uma das ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça é o Projeto Mulheres da Paz, cujo objetivo é a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para promover o empoderamento feminino e para que se constituam, institucionalmente, como articuladoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres, especialmente no que concerne a atividades de prevenção à violência doméstica e de gênero em suas comunidades, sensibilizando e orientando as mulheres em situação de violência, assim como as orientando na busca da rede de atendimento. Até o ano de 2012, foram atendidas pelo projeto 17.000 mulheres. Para o ano de 2013, 16 novos convênios iniciarão suas atividades atendendo mais 875 mulheres.

Houve ampliação de unidades de saúde que realizam a notificação de violência doméstica, sexual e outras violências passando de 5.898 unidades em 2011 para 8.425, em 2012. Do total de notificações registradas em 2012 (dados preliminares), 58,2% das notificações eram referentes a mulheres adultas (20 a 59 anos). Desse universo, destacam-se as violências físicas e a psicológicas como principais tipologias de violência contra as mulheres adultas. Destaca-se que 39,5% foram violência de repetição, ou seja, aconteceram outras vezes e o local de ocorrência predominante foi a residência (62,4%).

Destaca-se, ainda, o apoio e fortalecimento dos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde. Todos os estados estão sendo apoiados por meio de visitas para assessoramento técnico e capacitações de gestores estaduais da Vigilância de Violências e Acidentes e/ou de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, com o objetivo de fortalecer as ações de vigilância e prevenção de violências, de articular e fomentar as Redes de Atenção Integral e de Proteção (intra e intersetoriais) às pessoas em situação de violência doméstica, sexual e outras violências.

Ainda, com relação às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nas regiões de fronteira, buscou-se articular a Rede de Atendimento à implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras. Assim, fortaleceu-se o serviço na região de Pacaraima/RO, onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Outro resultado da parceria foi a constituição do Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, que tem como atribuições monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países.

Há que se avançar no sentido da captação de informações sobre as mulheres atendidas pela Rede Especializada de Atendimento e na constituição de um Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher para que seja possível evitar a revitimização. Para

tanto, foi criado um GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto com o objetivo de definir quais informações devem ser coletadas, de que forma devem ser coletadas e como devem ser trabalhadas.

No âmbito da **cidadania e justiça**, estabeleceu-se em 2012 o projeto “Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal”, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte em gênero, entre outros.

Em relação às **mulheres do campo e da floresta**, foram apoiados 10 projetos destinados à capacitação de mulheres rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, priorizando áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Até o início de 2013, 2.580 mulheres rurais foram atendidas. A inserção produtiva das mulheres também é perseguida pela parceria entre diversos órgãos e programas, com vistas ao fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas de crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros. Destacam-se, nesse sentido, parcerias no âmbito dos Programas de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. Ambos os Programas integram o Brasil Sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. Em 2012, o PNDTR emitiu 247.502 documentos em articulação com diversos órgãos emissores, o que contribuiu para o atingimento da meta de um milhão de mulheres documentadas pelo programa.

Dados atualizados até dezembro de 2012 informam que 68,61% das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP têm como titular o casal. No Plano Safra 2012/2013, o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil e 35% das mulheres acessaram o Programa Garantia-Safra, totalizando mais de 340 mil mulheres. Uma inovação trazida pelo Plano Safra 2013/2014 para as mulheres rurais foi a prioridade de destinação de financiamentos do microcrédito produtivo orientado às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30 mil.

Com relação ao crédito para as agricultoras familiares, dados preliminares indicam que no primeiro semestre do ano Safra 12/13, 46,8% do Pronaf B operacionalizado pelo Banco do Nordeste – BNB foi acessado pelas mulheres. Além disso, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio a 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres e a capacitação de técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Desse total, 30%, ou cerca de 330 mil, se referem a mulheres rurais. Com relação às chamadas públicas de ATER Agroecologia, foi incorporada como uma de suas diretrizes o fortalecimento da gestão e o protagonismo social, reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, de geração, e das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares, o atendimento de pelo menos 50% de mulheres e a destinação de pelo menos 30% do recurso para atividades específicas para as mulheres. Além disso, como estratégia de socialização do trabalho doméstico, em todas as atividades coletivas de ATER é ofertada recreação infantil.

Destaca-se, ainda, o início da vigência da Resolução N° 44 do Grupo Gestor do PAA, que prevê percentuais mínimos de beneficiárias mulheres em 2013. Dados da execução do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2012 evidenciam que 29% dos beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são mulheres. Para o atingimento dos percentuais previstos pela legislação, estão sendo fomentadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização, de forma que os grupos produtivos de mulheres enviem propostas qualificadas para contratação.

Tabela 2 - Evolução de Indicadores Seleccionados para as Políticas para as Mulheres

Área Temática e Indicadores	2004			2011		
	Homem	Mulher	Brasil	Homem	Mulher	Brasil
<b>Educação</b>						
Taxa de analfabetismo	11,7%	11,3%	11,5%	8,8%	8,4%	8,6%
Média de anos de estudo	6,7	6,9	6,8	7,5	7,9	7,7
Taxa de frequência na escola (15 a 17 anos)	81,3%	82,4%	81,9%	83,1%	84,4%	83,7%
Taxa de frequência na escola (18 a 24 anos)	31,4%	32,9%	32,2%	27,1%	30,6%	28,9%
<b>Previdência</b>						
Cobertura Previdenciária entre os Idosos com 60 anos ou mais	86,5%	78,2%	81,9%	86,8%	80,0%	83,0%
Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos)	64,6%	60,4%	62,8%	71,4%	69,7%	70,7%
<b>Trabalho</b>						
População com 16 anos ou mais desocupada na semana de referência	6,6%	11,5%	8,7%	4,7%	9,0%	6,6%
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos	1.122,38	704,06	945,86	1.444,50	1.008,86	1.259,42
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais	49,8%	44,3%	47,5%	58,4%	55,5%	57,1%
Taxa de frequência na escola (0 a 3 anos)	13,2%	13,6%	13,4%	20,5%	21,0%	20,8%
<b>Distribuição de renda</b>						
% da população em situação de extrema pobreza	7,4%	7,4%	7,4%	4,0%	4,3%	4,2%
% da população em situação de pobreza	14,4%	14,3%	14,3%	6,2%	6,3%	6,3%
<b>Trabalho Infantil</b>						
Percentual de crianças/adolescentes de 7 a 14 anos trabalhando	9,4%	4,5%	7,0%	5,8%	2,6%	4,2%
<b>Saneamento Básico</b>						
% de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo	86,8%	88,4%	87,6%	92,9%	93,8%	93,4%
% de pessoas que vivem em domicílios com escoadouro do banheiro ou	69,7%	71,6%	70,7%	77,1%	78,9%	78,0%
<b>Acesso a bens</b>						
% de pessoas que vivem em domicílios com máquina de lavar roupa	32,4%	34,1%	33,3%	50,2%	51,7%	51,0%
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone fixo ou móvel	30,8%	32,6%	31,7%	36,5%	38,5%	37,5%
% de pessoas que vivem em domicílios com microcomputador com acesso à internet	11,7%	12,1%	11,9%	37,4%	38,7%	38,1%
<b>Violência</b>						
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes	102,78	6,93	54,46	103,45	7,75	55,64
<b>Raça/cor</b>						
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos de brancos de 16 anos ou mais de idade (R\$)	1.470,78	895,20	1.219,91	1.866,12	1.257,79	1.594,91
Rendimento mensal médio de todos os trabalhos de negros de 16 anos ou mais de idade (R\$)	735,82	466,33	626,39	1.056,01	739,15	927,90
<b>Juventude</b>						
% das população de 18 a 24 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	6,4%	22,6%	14,6%	8,9%	23,4%	16,2%
% das população de 25 a 29 anos que não estuda, não trabalha, nem está procurando emprego	4,6%	26,1%	15,7%	6,0%	25,2%	15,7%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP